



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº , de 2007
(Do Sr. Deputado CEZAR SILVESTRI)

Solicita, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei nº 309, de 2007, seja despachado à Comissão de Defesa do Consumidor, além da Comissão constante no despacho inicial.

Senhor Presidente,

Tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 309, de 2007, de autoria do nobre Deputado Celso Russomanno (PP-SP), que “dá nova redação ao art. 1.361, §1º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil”.

A questão proposta no Projeto concentra-se sobre a alteração proposta para o parágrafo 1º do art. 1.361 do Novo Código Civil, para conferir-lhe a seguinte redação (grifo nosso):

“Art.1.361.....
.....

§ 1º Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, e, em se tratando de veículo automotor, far-se-á também a anotação no certificado de registro, emitido pela repartição competente para o licenciamento.

..... **(NR)**

A substituição da expressão “ou” que atualmente consta no nosso Código Civil pela expressão “e” proposta no projeto implica, basicamente, na necessidade de duplo registro dos contratos de alienação fiduciária de veículos automotores. Além do registro que é feito atualmente diretamente na repartição de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

trânsito através do Sistema Nacional de Gravames, sem ônus para o consumidor, os proprietários de veículos objeto de alienação fiduciária, arrendamento mercantil e reserva de domínio passariam a arcar com os custos do registro dos contratos em cartório. Em Blumenau-SC, o custo cartorial varia de acordo com o valor financiado pode chegar a R\$ 606,81 (para um financiamento de R\$ 60.000,00). Em Brasília esse custo é fixo de aproximadamente R\$ 200,00.

Julgamos que o projeto pode onerar desnecessariamente os consumidores brasileiros com custos cartoriais tão elevados, motivo pelo qual faz-se necessária a análise pela Comissão de Defesa do Consumidor.

A iniciativa, entretanto, não é nova. Também foi objeto do Projeto de Lei nº 6.960, de 2002, do saudoso Deputado Ricardo Fiuza. Entre tantos artigos que o projeto pretendia modificar encontrava-se o art. 1.361, com idêntico propósito, qual seja o de substituir a expressão “ou” pela expressão “e”. Com o arquivamento do PL 6.960/02, o assunto volta à tona na forma do Projeto de Lei 309, de 2007.

Cumpre lembrar, Senhor Presidente, que o ex-Presidente desta Comissão de Defesa do Consumidor, ilustre dep. Paulo Lima (PMDB-SP), foi autor do Requerimento nº 1.746, de 2004 (deferido pela Mesa), em que solicitou a oitiva da Comissão sobre o art. 1.361, constante no PL nº 6.960/02.

Naquela ocasião, argumentou o Deputado:

“A requerida oitiva justifica-se pelo fato de que se estaria onerando financeiramente e sobremaneira um negócio que a prática comercial tem demonstrado funcionar de forma perfeita. Parece estar-se criando mais um indevido e desnecessário custo cartorário para o consumidor”.

Pois bem, Senhor Presidente, a Comissão de Defesa do Consumidor teve oportunidade de discutir a matéria durante reunião de audiência pública realizada em 20 de outubro de 2004, com diversos representantes, inclusive



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

o Senhor Cláudio Peret Dias, Coordenador Jurídico do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC, do Ministério da Justiça.

Durante a referida audiência pública, sobre a necessidade de instituir o registro dos contratos nos cartórios, assim se pronunciou:

“O registro no DETRAN é considerado pelo STJ como suficiente para garantir a publicidade, se contraposto ao Registro de Títulos e Documentos. Entre Detran e Registro de Títulos e Documentos, a jurisprudência entende que é mais efetivo e eficaz o registro de trânsito;...”

Como se vê o assunto afeta diretamente os direitos dos consumidores, ao se criar mais uma tarifa sob as expensas da população brasileira.

Vale lembrar, Senhor Presidente, que cerca de 80% dos veículos vendidos no país – entre novos e usados – são objeto de financiamento e, portanto, estariam sujeitos à necessidade de registro em cartório.

Segundo a ANFAVEA, em 2006 foram produzidos 2,6 milhões de novos veículos. Se a proposta objeto do PL 309/07 estivesse em vigor, teria gerado uma receita para os cartórios da ordem de R\$ 624 milhões. Se considerarmos a venda de veículos usados, a custo transferido para a sociedade ultrapassaria a cifra de R\$ 1 bilhão/ano.

Visando levar o assunto ao debate e análise desta Comissão de Defesa do Consumidor, solicitamos, nos termos do art. 32, inciso V, alínea *b*, do Regimento Interno, que o Projeto de Lei 309, de 2007, seja despachado a esta CDC, além da Comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, em de 2.007.

Deputado **CEZAR SILVESTRI**
Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor